

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Maestri, Mário

As Espadas do Império. A Guerra do Paraguai e a Gênese de um Exército Nacional
Profissional

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 981-1016

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305543302005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As Espadas do Império. A Guerra do Paraguai e a Gênese de um Exército Nacional Profissional*

Mário Maestri**

Resumo. Publicada em 1996, a tese de doutoramento de Wilma Peres Costa reafirmou a tese da origem de disfunção política, quando da guerra do Paraguai, que, exasperada, eclodiria na proclamação da República, em 1889. Por um lado, a substituição, pelo Imperador, da maioria parlamentar liberal-progressista, por governo conservador, por razões de Estado; teria iniciado erosão política estrutural na ordem monárquica. Por outro, a irracionalidade da ordem político-social imperial, que impedia a gênese de exército moderno, teria ensejado espírito crítico entre oficialidade crescentemente destacada da escravidão e da monarquia. A partir sobretudo do estudo da bibliografia clássica brasileira sobre a guerra, o trabalho levanta interpretações inovadoras sobre aqueles sucessos, em geral desconhecidas pela historiografia especializada brasileira sobre o conflito. Entre elas, destaca-se a modernidade do Estado paraguaio e de seu exército, como razão da dificuldade do Império de vencer a guerra.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; História do Prata; Proclamação da República.

Swords of the Empire: The War against Paraguay and the Origin of a National and Professional Army

Abstract. The doctoral thesis by Wilma Peres Costa, published in 1996, insists on the origin of political dysfunction as the start of the war against Paraguay which brought about the proclamation of the Brazilian Republic in 1889. On the one hand, there was the replacement of the liberal-progressive parliamentary majority, by the Emperor, for a conservative government, due to reasons of state. This fact caused the start of the structural political deterioration of the Monarchy. On the other hand, the irrationality of the imperial political and social order which hindered the genesis of a modern army, triggered a critique between officers increasingly adverse to slavery, and

* Artigo recebido em 03/06/2015. Aprovado em 24/08/2015.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, Passo Fundo/RS, Brasil. E-mail: maestri@via-rs.net

the Monarchy. Studies on the classical Brazilian bibliography on war favor innovatory interpretations on the success which is unknown by specialized Brazilian historiography on the conflict. The modernity of the Paraguay state and its army are underlined to show the great difficulties of the Brazilian Empire to win the war.

Keywords: The War against Paraguay; History of the Plate region; Proclamation of the Republic.

Las Espadas del Imperio: La Guerra del Paraguay y la Génesis de un Ejército Nacional Profesional

Resumen. En 1996, fue publicada la tesis de doctorado de Wilma Peres Costa, quien reafirmó la idea del origen de disfunción política que, con la Guerra del Paraguay, desembocaría en la proclamación de la República en 1889. Por un lado, la decisión emprendida por el emperador de sustituir la mayoría parlamentaria liberal-progresista por un gobierno conservador, por razones de Estado, habría dado inicio a la erosión político-estructural del orden monárquico. Por otro lado, la irracionalidad del orden socio-político imperial, que impedía la génesis de un ejército moderno, habría posibilitado un espíritu crítico entre los oficiales que, progresivamente, se distanciaban del esclavismo y de la monarquía. A partir del estudio de la bibliografía brasileña clásica, este trabajo presenta interpretaciones innovadoras sobre tales acontecimientos que, en general, son desconocidas por la historiografía especializada de Brasil sobre el conflicto. Entre ellas, se destaca la modernidad del Estado paraguayo y de su ejército como razón de la dificultad del Imperio para ganar la guerra.

Palabras Clave: Guerra del Paraguay, Historia del Plata, Proclamación de la República

1 Um Estudo Singular¹

Como a vida, a pesquisa historiográfica submete-se não raro ao adágio de que o “homem põe e deus dispõe”. Em 1996, Wilma Peres Costa publicou *A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. Em aparente paradoxo, esse trabalho referencial deu-se mais no campo da

¹ Agradecemos a leitura da linguista Florence Carboni, do PPGL da UFRGS.

historiografia da Guerra do Paraguai do que no domínio da crise do Império, objetivo da investigação. O que talvez facilitou o forte desconhecimento, pelos estudos especializados que se seguiram, de algumas de suas propostas germinais sobre o conflito.

Apresentado como Tese de Doutorado no Departamento de Sociologia da FFLCH da USP, em setembro de 1990, o trabalho tinha o escopo fundamental de apresentar como fator determinante da proclamação da República as contradições específicas que teriam surgido no interior da corporação militar para com o Estado Imperial, que teriam tomado corpo quando da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). A autora defende, portanto, a ligação entre o conflito, a Questão Militar e a queda da Monarquia, relações sempre propostas a partir de múltiplas e ricas mediações. Wilma Costa limitou explicitamente a investigação às forças armadas do Brasil, com ênfase na Guerra da Tríplice Aliança, quando teria madurado a consciência, sobretudo no chamado *núcleo profissional de oficiais* da “*incompatibilização entre o Exército e a Ordem Monárquica*”. O trabalho foi desenvolvido sobretudo através de leitura exaustiva de obras referenciais da historiografia brasileira, abordando-se “tangencialmente, outras versões da guerra”: Joaquim Nabuco, L. Schneider, Barão de Rio Branco, Tasso Fragoso, Visconde de Taunay, F. L. Osório, J. B. Magalhães, Dionísio Cerqueira, Sena Madureira, Cunha Matos, entre outros (COSTA, 1996, p 19-23).

A obra compõe-se com a análise da “ordem escravista no desdobramento” da “construção do Estado e das forças armadas profissionais do Brasil” [Cap. 1]; do processo de construção dos Estados Independente na bacia da Prata [Cap. 2]; da “política imperial na região platina, na década anterior à eclosão da Guerra” [Cap.3]; da fase defensiva do conflito, até a rendição de Uruguaiana [Cap. 4]; dos aspectos militares [Cap. 5] e políticos internos imperiais na fase ofensiva [Cap. 6]. Breve capítulo conclusivo aborda a proposta “articulação militar entre a Guerra da Tríplice Aliança e a Questão Militar”.

2 Densa Reflexão

Metodologicamente, o estudo desenvolve-se nos quadros da “crise do Antigo Sistema Colonial”, enfatizando a determinação da formação colonial e imperial brasileira pela escravidão (NOVAIS, 1981). No geral, a reflexão apoia-se nas visões marxistas do Estado - Lenin, Gramsci, Perry Anderson, etc. No contexto de leitura complexa, reflexões de Caio Prado Júnior, Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, etc. alimentam fortemente os capítulos iniciais. Portanto, trata-se de estudo que *precede* a atual hegemonia da proposta de “crise historiográfica” e improcedência das interpretações estruturais da história.

O monopólio estatal da violência é discutido como parte do processo “extrativo” de funções antes desempenhadas por núcleos privados das classes dominantes, processo que compreende igualmente uma centralização das funções fiscais e jurídicas. Processo que se dá plenamente no contexto da Revolução Burguesa, a partir da impossibilidade do poder privado de manter aquelas funções e da necessidade-imposição de delegá-las ao Estado nacional. Movimento no bojo do qual surge o exército profissional, centralizado, burocratizado e apoiado na meritocracia e recrutamento universal. (HOBSBAWM, 1990).

A autora registra o paradoxo dessa construção em Estados americanos surgidos da crise do *antigo sistema colonial*, inseridos na divisão internacional do trabalho de então como produtores de matérias primas, financiados sobretudo pelas rendas alfandegárias e empréstimos públicos. Portanto, Estados semi-coloniais de *essência* determinada, por um lado, pela economia mundial e, por outro, pela estrutura econômico-social interna. Princípio do qual se deduz a determinação fundamental, pelo escravismo, da forma do Estado nas colônias luso-brasileiras, quando da Independência. Um Estado, monárquico e centralizado que interpretaria a organização escravista. Um Estado, portanto, pré-nacional.

O Estado unitário e monárquico pós-1822 teria nascido da necessidade da manutenção da escravidão que, por sua vez, teria impulsionado, por um lado, e limitado, por outro, o “processo de construção do Estado no Brasil” (COSTA, 1996, p. 37). A solução unitária teria impedido o confronto entre as *partes* [províncias dominantes] do futuro Estado e com a ex-metrópole; facilitou a continuação do tráfico internacional, combatido pela Inglaterra; manteve a escravidão, etc. Portanto, a autora participa da visão do unitarismo do Estado brasileiro como produto da escravidão (FREITAS, 1977; MAESTRI, 1997; ANDRADE, 1999; PIÑEIRO, 2014).

3 No Rio de Janeiro, não no Brasil

Uma leitura que enfatiza processo tendencial de *unidade nacional*, desde a pré-independência, interpretando a transferência da administração lusitana, para o Rio de Janeiro, com se ele tivesse dada para o Brasil, como um todo. “Atendiam-se [...] os principais anseios das camadas dominantes da Colônia [...]” Proposta correta para a província do Rio de Janeiro, mas discutível para as de São Paulo e, ainda mais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, etc. Seguindo o viés analítico de Caio Prado e Werneck Sodré, são recorrentes as categorias “nacional”, “povo”, “popular”, etc., que acreditamos impróprias, na acepção atual do termo, à ordem social escravista imperial (COSTA, 1996, p. 37).

4 Exército do Rei

A autora lembra que, exceção na América, a independência no Brasil não teria se dado através da formação de “exército nacional” - designação certamente excessiva para os exércitos *criollos* da época. Ao contrário, daria-se através do confronto entre “*tropas leais ao príncipe e tropas leais à metrópole*”, mantendo as forças militares pró-independência o caráter *colonial* - “oficialidade majoritariamente portuguesa e soldados brasileiros” (COSTA, 1996, p. 39). Em

verdade, boa parte dos soldados era igualmente portuguesa e o sentido colonial daquela tropa nascia também de sua oficialidade *aristocrática* e tropa *plebéia*. O caráter desse exército profissional manteria-se até 1831, utilizando-se contingentes de mercenários europeus, devido à escassa população livre recrutável, o que, para a autora, teria acelerado a crise dessa força militar e do I Reinado.

Wilma Costa apresenta a crise de 1831 como nascida sobretudo do choque entre o absolutismo de dom Pedro e o liberalismo das classes dominantes do Brasil; da luta dos “setores mercantis brasileiros e dos setores populares contra o virtual monopólio do comércio varejista pelos súditos do reino”; da “luta no interior do exército”, entre a “tropa e oficialidade brasileiras” e a “oficialidade portuguesa”, opostos os primeiros ao uso de “mercenários” (COSTA, 1996, p. 45).

Sem exemplificar, propõe a importância do *nativismo* “popular” que, “frequentemente fraternizando com a tropa, entraria pela regência adentro, assumindo às vezes cores republicanas e aspirações de democracia social”. Nativismo que aspiraria a “nacionalização do aparato do Estado”. Essa “rebelião militar” teria se mobilizado pela “*nacionalização do exército*” (COSTA, 1996, p. 39). O historiador Manuel Correia de Andrade lembrava, com pertinência: “não se pode falar em sentimento nacional durante o longo período colonial” (ANDRADE, 1999, p. 4). E tal sentimento certamente não floresceu às portas da Independência. A visão de Wilma da Costa minimiza como razão determinante da queda de dom Pedro o impulso federalista-separatista provincial, arrefecido em 1821, com a convocação de Assembléia Constituinte, antes mesmo do 7 de Setembro, dissolvida pelo golpe militar de novembro de 1823 (MAESTRI, 1997, p. 27 e ss).

A *Revolução* de 7 de Abril seria uma “*journée de dupes*”. A política regencial teria frustrado os anseios *nativistas* e *dissolveria* o exército de primeira

linha, “fechando o recrutamento, reformando dezenas de oficiais e criando uma força não profissional, a Guarda Nacional”. Nesse processo, a autora procura definir a “natureza da decisão tomada”. Para ela, a fundação da Guarda Nacional, em 1831, seria uma “apropriação privada da função pública”, um tropeço no processo de construção nacional (COSTA, 1996, p. 45-46; 61). Wilma Costa associa-se, portanto, à tese da “política de erradicação” do exército de primeira linha pelas classes dominantes regenciais, através da criação da Guarda Nacional (SOUZA, 1999, p.21).

5 Centrípetos e Centrífugos

Wilma Costa enfatiza com sensibilidade o grande cimento da unidade do Estado do Brasil. “A estrutura sócio-econômica brasileira durante o século XIX liberava impulsos contraditórios em relação à construção do Estado, ao mesmo tempo centrípetos e centrífugos. O principal impulso centrípeto foi sem dúvida o próprio escravismo, ao criar um poderoso ‘interesse comum’ interoligárquico voltado até 1850 para a manutenção do tráfico (e, depois disso, para o prolongamento da escravidão até o seu máximo limite) que se respaldava na monarquia e inibia o secessionismo” (COSTA, 1996, p. 47-8).

Não há, entretanto, igual ênfase no elemento *centrípeto fundamental* - o desejo de autonomia das classes dominantes nas regiões onde mantinham o controle sócio-econômico, no seio de monarquia federativa [jamais concedida] ou, sem esta, em estados independentes. Ou seja, a inexistência, sobretudo nos primeiros tempos, de laços econômico-sociais unindo as partes integrantes do Estado imperial, à excessão da luta em defesa da escravidão. Luta empreendia pelo núcleo central das classes dominantes das principais províncias escravistas, com destaque para o Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul.

Agindo contra as “forças agrárias centrífugas” provinciais, o Regresso Conservador [1837] teria empreendido, nos anos 1850, iniciativas pela “estruturação da força armada profissional”, no geral, frustradas. Teria-se vivido, então, as contradições entre “dois tipos de forças armadas”. A Guarda Nacional, “milícia civil”, “não profissional”, não “complementar ao exército”, nascida “para retirar do Estado os meios de coerção”, formada por “restrito número de cidadãos políticos”. E o núcleo do exército profissional, objeto de política conscientemente restritiva, limitado pelo escravismo quanto ao recrutamento universal. A Guarda Nacional monopolizava os homens livres e o exército arrolava em forma forçada a “escória social” (COSTA, 1996, p. 53-54; 58).

Wilma Costa lembra que um Estado escravista necessitava impulsionar o monopólio estatal da violência e, ao mesmo tempo, manter o direito à violência privada do escravizador. A coerção física doméstica seria exercida por “pequenos exércitos privados de prepostos” e “*jagunços*” sob as ordens do escravizador, drenando para a “ordem interna das fazendas boa parte da população trabalhadora livre” (COSTA, 1996, p. 59). No Brasil, sobretudo no Império, era inviável economicamente manter milícias privadas anti-servis. As unidades escravistas possuíam alguns capatazes, peões e cativos que controlavam a *produção* e a *ordem*. A repressão aos motes servis era tarefa da Guarda Nacional (GORENDER, 2011).

6 Escravidão e Coerção

A Guarda Nacional foi a milícia, pós-1831, com objetivo perspícuo de reprimir os motes internos, com destaque para os servis. O que registra o caráter *público* - e *não privado* - dessa força estatal descentralizada, organizada sobretudo a partir dos municípios e das províncias. Em contexto pré-nacional, sobretudo seu caráter provincial e não profissional transformava-a na força

adequada à organização social escravista. A proposta, pela Constituição de 1824, de exército de linha de 30 mil homens, que jamais saiu do papel, era inexequível e não cobriria as necessidades do imenso território do Brasil, já que incapaz de responder com presteza aos eventuais motes escravistas (COSTA, 1996, p. 41).

O caráter complementar das duas forças militares *estatais*, o pequeno exército de primeira linha e a imensa Guarda Nacional, com a permanente prioridade dos oficiais profissionais sobre os da guarda nacional, foi destacado em forma irretorquível por Adriana Barreto de Souza, em *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*, dissertação de mestrado defendida em setembro de 1997, na UFRJ. Lamentavelmente, não houve diálogo entre este excelente trabalho e a valiosa tese de Wilma P. Costa, defendido nove anos antes e publicado no ano anterior.

Adriana de Souza lembra que a citada reforma de meados do século 19, parte do impulso centralizador do *Regresso*, restringiu-se sobretudo à oficialidade, devido ao caráter *aristocrático* daquela arma, determinado pela ordem social escravista. Adriana de Souza registra o caráter tendencialmente *monopólico*, de *status* e de linhagem, ou seja, apoiado em “privilégios de nascimento”, no próprio exército de primeira linha, quanto ao acesso aos postos de oficiais inferiores, subalternos, superiores e generais (SOUZA, 1999, p. 52).

O general Dionísio Cerqueira, ministro da Guerra na República, alistou-se, estudante, no Império, como “voluntário do exército”, antes da criação dos Voluntários da Pátria, apenas foi declarada guerra contra o Paraguai. Em suas *Reminiscências*, esse filho de grandes proprietários e escravistas baianos, lembrava que ingressou nas tropas “como cadete, por ordem do quartel general”, pois tinha *direito*, por *nascimento*, a 2º cadete, pelo lado do pai, e

a de 1º cadete, pelas bandas dos avôs! (CERQUEIRA, s.d., p. 54-55. Os cadetes eram os militares que se preparavam para se transformar em oficiais.

Tratava-se de carreira militar de sentido *áulico*, com promoções obtidas habitualmente por prestações burocráticas civis, de cunho público. Mesmo após as reformas de meados do século, mais do que profissionais *de guerra*, o oficial profissional era um *súdito*, espécie de *aristocrata* dependente do beneplácito do *trono*, obtido através de prestações civis, políticas e militares. Nesse então, inexistiam as propostas contradições entre a *elite* militar e civil, que se confundiam. Adriana de Souza propõe que os grandes proprietários resistiam em enviar os filhos ao exército e à Guarda Nacional, mesmo “quando se tratava de um dos responsáveis pela organização da instituição no município” (SOUZA, 1999, p. 57; 73).

7 Estado Perneta

No segundo capítulo, Wilma Costa propõe-se a contradição de Estado com dificuldade em monopolizar a violência e de usá-la no confronto com as nações em formação, sobretudo platinas. A autora abraça a periodização de Joaquim Nabuco da Guerra do Paraguai como “divisor de águas da história contemporânea” do Brasil, marcando o “apogeu” e as “causas principais” da “decadência” e “queda” do Império (COSTA, 1996, p. 74). A tese de Joaquim Nabuco, teve longa vida historiográfica, apesar de jamais ter sido estabelecido o nexo necessário entre o conflito e, quase 20 anos mais tarde, a República, antecedida por fenômeno divisor da história do país, a abolição da escravidão (NABUCO, 2007).

A partir de autores como Caio Prado, Fernando Novais, Henrique Cardoso, empreende-se revisão historiográfica que não raro sustenta fragilmente algumas das propostas fulcrais desse magnífico estudo. Na crise que levou à Guerra do Paraguai, vê-se elementos *coloniais* e *pós-coloniais*. Destaca-se a

aliança-submissão de Portugal à Inglaterra, contra a Espanha-França, na defesa da independência portuguesa. Na luta pela demarcação-expansão das fronteiras luso-americanas, assinalam-se a fundação de Sacramento [1680] e a ocupação do atual sul do Brasil, a partir de motivos estratégicos.

A incorreta restrição da escravidão sulina às *charqueadas* e às *ciudades* leva a autora a propor uma “oligarquia” sulina diversa da do restante do Império. Segundo essa visão, a pastorícia e seu tipo humano singular, o *gaúcho*, teriam facilitado o combate ao inimigo *castellano*. A redução do movimento farroupilha a quase uma questão tributária (charque), resolvida já em 1840, apequenaria igualmente as fortes tendências federalista-separatistas regionais da época (COSTA, 1996, p. 48; 52). A incompreensão do caráter escravista da formação social sulina e do apoio das grandes estâncias no trabalho do cativo-campeiro dilui a *singularidade* e o *dinamismo* da estância sul-rio-grandense em relação à platina (MAESTRI, 2010).

8 Após 1822

A autora aborda a crise do sistema colonial, precipitada pelas alianças européias ibéricas e pelo dinamismo do livre-comércio inglês, para discutir as influências *pós-coloniais* na Guerra do Paraguai. A resistência espanhola e a longa guerra de independência hispano-americana teriam levado à fragmentação do Império espanhol, o que sugere a existência efetiva de vínculos centrípetas naquelas colônias (COSTA, 1996, p. 83). Tese questionada por não poucos platinos. “Pero su fracaso se debió sobre todo a la inexistencia de las bases materiales y espirituales de la nación hispanoamericana” (TOURON; ELOY, 1982, p. 45). A transmigração da família real portuguesa, realizada sob a proteção inglesa, teria permitido guerra de independência mais curta e menos violenta, originando Estado alicerçado na monarquia, na escravidão e na unidade territorial, como visto.

Três questões dificultariam a convivência entre as repúblicas castelhanas, apoiadas no trabalho livre, e o Brasil, sobretudo na fronteira viva do Prata: a monarquia, a escravidão, o unitarismo. Em 1811 e 1816, as intervenções luso-brasileiras na Banda Oriental teriam sido impulsionadas pela necessidade de impedir a propagação, na “sensível fronteira sul”, dos ideários republicanos e federalistas (COSTA, 1996, p. 85). Aos quais juntaríamos o programa e as ações revolucionários artiguistas, quanto à terra e à liberdade, que exerceram forte atração principalmente sobre os cativos rio-grandenses. Daquelas intervenções e da incorporação da Cisplatina, surgiriam as estâncias rio-grandenses ao norte do rio Negro, projeção do caráter escravista dos grandes latifúndios pastoris sulinos, lembrariamos (PALERMO, 2013). O que, para a autora, teria agregado novo dado fundamental às contradições entre o império escravista e as repúblicas platinas. Desde então, a lealdade da oligarquia sulina e de suas milícias, que são vistas como únicas tropas do Império na região, não seria mais fato automático (COSTA, 1996, p. 87). Sobretudo os interesses dos criadores rio-grandenses na Banda Oriental envolveriam o Império nas questões orientais. E ameaçariam o unitarismo brasileiro, em 1835-40, devido sobretudo ao caráter pretensamente não-escravista da pastorícia sulina. Porém, lembrariamos, na mesma época, outras regiões escravistas, como Pernambuco, Maranhão, Pará, etc., mobilizaram-se também contra o unitarismo e o centralismo (ANDRADE, 1965; SANTOS, 1983; FREITAS, 1982).

Wilma Costa sugere que se o I Reinado tivesse *exército nacional*, a sorte das armas na Cisplatina, em 1825-1830, seria diversa: E destaca a adesão de forças “brasileiras” aos orientais, naquele conflito (COSTA, 1996, p. 88). Ou seja, de criadores sulinos escravistas. O sentido da secessão *uruguaia* foi certamente mais profundo. Havia sentimento nacional oriental, já consolidado na era artiguista, e ocorrera a defecção de facções proprietárias que haviam

apoiado a anexação luso-brasileira e, a seguir, imperial. Sobretudo, a Cisplatina era projeto da casa imperial, de facções do grande comércio da Corte e dos criadores sulinos (ELOY et. all., 1970). À luta pela Cisplatina se opunha enorme parte das classes dominantes das províncias do Império, que pagavam, igualmente, o alto custo do conflito. Quanto ao exército de primeira linha, pela natureza do próprio Estado imperial, ele não podia ser muito diverso e, certamente, em nenhum caso, *nacional*.

9 Escravidão, Monarquia, Unidade

Wilma Peres entende a necessidade da defesa da escravidão, da monarquia e da unidade nacional, contra o impulso *republicano* e *não-escravista* das nações *castellanas* vizinhas, como o elemento imperial condutor que desembocou no conflito com o Paraguai. Por isso, o Império teria se mobilizado, sempre, pelo não surgimento de um grande estado, que unificasse as antigas províncias do vice-reinado do Prata em uma nação platina, fosse ele promovido pela Confederação Argentina, por Rivera (“Grande Uruguai”) ou por Solano López (“Grande Paraguai”) (COSTA, 1996, p. 90).

É indiscutível o veto do Estado imperial, após 1810, a uma grande nação platina. Porém, a aliança do Império à Argentina mitrista, em 1864-70, impulsionou sobretudo o unitarismo argentino! E o veto do Estado brasileiro contra a expansão argentina prosseguiu após a Abolição e durante a República. Por outro lado, destaque-se, o dito projeto *imperial paraguaio* foi sobretudo propaganda anti-lopizta, jamais tendo realmente existido ou sido temido. É difícil, portanto, estabelecer aquelas razões como motivos determinantes no conflito do Império com o Paraguai.

Da guerra de independência oriental teria resultado Estado tampão, verdadeira “correia de transmissão do conflito” entre as duas grandes potências, devido à disputa entre *república* e *monarquia* e ao comportamento dos

fazendeiros sulinos do norte do Uruguai. Para a autora, essa zona de permanente conflagração manteria o Império em difícil situação. Na falta de um exército profissional, ou seja, nacional, o Império passava a depender da lealdade das milícias sul-rio-grandenses, nos seus embates no Prata, caso não quisesse se aliara a caudilhos castelhanos (COSTA, 1996, p. 88).

10 O Regresso e o Prata

Para impedir a reconstrução do vice-reinado e a re-discussão da posse de territórios abocanhados anteriormente, sob o comando dos conservadores, o Estado imperial *pacificou* o Sul, em 1845, e aliou-se contra Oribe e Rosas, com o Paraguai, com Entre Ríos (Justo José de Urquiza), com Corrientes (governador General Benjamín Virasoro) e com Montevidéu (governo da Defesa). A vitória de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, fortaleceu o Império e a monarquia, em relação às repúblicas caudilhescas. Porém, a autora propõe: “O que a vitória militar encobria [...] era a fraqueza de um Estado que não era capaz de constituir o monopólio da violência” (COSTA, 1996, p. 105).

Conclusão paradoxal. O Império se sobrepusera aos farroupilhas, em 1845, armando mais de dez mil soldados, entre primeira linha e tropas locais, e derrotara, em 1852, seus maiores inimigos, Oribe e Rosas. E, para tal, jamais fizera mobilização geral das tropas do Império. Era por sua natureza semi-colonial e escravista que o Estado imperial não alcançava a metamorfosear-se em Estado-nação, enquanto tal processo se consolidava sobretudo no mundo europeu.

É difícil imaginar como se daria, naquele momento, um eventual trânsito da organização escravista em todo o Brasil, com destaque para o Centro-Sul cafeeicultor em forte expansão, onde se concentrava a população escravizada, para formas de produção apoiadas no trabalho livre (COSTA, 1982). Destaque-se que essa metamorfose revolucionária poria fim ao ainda

principal cimento da unidade nacional. As relações sociais de produção apoiadas no trabalho livre eram condição necessária - ainda que não suficiente - para a constituição de um Estado-nação, centralizado, apoiado em exército profissional nacional. É impossível imaginar exército *superando* o Estado, do qual é sempre emanção, através de múltiplas mediações.

11 O Prata e o Paraguai

No Terceiro Capítulo, a autora investiga a reorientação da política externa imperial que levou à guerra do Paraguai. Seguindo Nabuco, propõe-se que os conservadores, na chefia do governo de 1850 a 1862, defenderam, desde a intervenção de 1851-52 no Prata, sem sucesso, verdadeira política de consolidação estatal no Uruguai, contra o caudilhismo (COSTA, 1996, p. 124). Apesar dessa proposta, a autora destaca corretamente o caráter do acordo anti-nacional de 12 de outubro de 1851, entre o Império e o governo de *la Defensa* que inviabilizava um Estado oriental autônomo (BARRÁN, 2007, p. 24-46). Para ela, a vitória Imperial de 1851-2, sobre Oribe-Rosas, e o confronto *unitários & federalistas* [1853-63] que se seguiu, regrediram a ameaça argentina à independência do Uruguai e do Paraguai, permitindo maior autonomia das duas nações diante do Império, no qual anteriormente se apoiavam (QUELL, 1957).

A abordagem de Wilma Costa registra escassa informação sobre a história e sociedade paraguaia, que ela explicitamente colocou à margem dos escopos de sua investigação. É de lamentar o desconhecimento pela autora do brilhante trabalho do americanista Raul de Andrada e Silva, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*, tese de livre docência defendida na USP e publicada em 1978 (ANDRADA E SILVA, 1978). Sem os excessos tradicionais, Wilma Costa retoma a equação “francismo = despotismo, isolacionismo, sonho expansionista”, teses consolidadas pela ideologia e historiografia liberal portenha (CHAVES, 1985).

Apoiando-se na obra de Louis Schneider (1805-1878), Wilma Costa propõe que o doutor José Gaspar de Francia assentara a defesa do país em “pequeno mas surpreendentemente moderno exército profissional” (COSTA, 1996, p. 115). Nega, porém, a existência das milícias dos *partidos*, não profissionais, reserva armada estratégica na qual o Paraguai apoiaria, mais tarde, a defesa do país (MAESTRI, 2014, p. 128). Propõe a existência de confusão geral no governo de Carlos Antonio entre o espaço público e privado, no relativo às contas e bens do Paraguai, e, com sensibilidade, assinala a *exteriorização* da política lopizta, em relação ao período anterior, sem definir suas bases sócio-econômicas (CHAVES, 1955). Desconhece, portanto, a dependência da nova ordem paraguaia ao livre comércio no Prata, garantida pela autonomia de Montevideú. Referindo-se à dependência paraguaia de Montevideú não apenas em relação ao comércio mundial, o intelectual federalista argentino Juan Bautista Alberdi [1810-1884] escreveu: “Montevideo es al Paraguay, por su posición geográfica, lo que el Paraguay es al interior del Brasil: la llave de su comunicación con el mundo exterior. [...] El día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país [Uruguay], el Paraguay podría ya considerarse como colonia brasileña, aún conservando su independencia nominal” (*apud* O’LEARY, 1970, p. 142).

Os problemas de fronteiras e de navegação entre o Império e o Paraguai são desqualificados pela autora como duas grandes razões da guerra. “O contencioso com o Paraguai nunca chegara a ser, entretanto, um *casus belli*, até a apreensão por Solano López, do navio que transportava o presidente da Província do Mato Grosso” (COSTA, 1996, p.120). Nessa linha analítica, aborda-se apenas muito rapidamente a poderosa expedição naval enviada pelo Império contra o Paraguai, em 1854-5. Armada imperial que impugna, igualmente, a tese da autora da incapacidade imperial de reunir poderosas tropas (TEIXEIRA, 2012).

12 Uma Guerra Quase por Descuido

As exigências apresentadas pelo Império ao Paraguai sobre fronteiras e navegação deveriam-se sobretudo à vontade de não abrir precedentes, com outras nações, em outras regiões, com destaque para a Argentina e Uruguai, quando da discussão sobre as mesmas questões. “Fundamentar princípios e construir jurisprudência no campo diplomático tornava-se uma prática crucial que era o próprio contraponto da fragilidade militar do Império e de sua dificuldade em organizar forças militares capazes de dar conta das fronteiras tão extensas e frequentemente conflagradas” (COSTA, 1996, p.119).

No final do governo Carlos Antonio, esperando a invasão do Uruguai de Venancio Flores, apoiado por Bartolomé Mitre, o governo *blanco* enviou diplomata ao Paraguai, propondo acordo contra a Argentina. Pedido retomado, em julho de 1863, com o Uruguai já invadido (HERRERA, 1943). Wilma Costa não vê ameaça ao Paraguai posta pela intervenção imperial no Uruguai. Portanto, a guerra teria nascido fortemente da aproximação entre o Uruguai e o Paraguai. O pedido paraguaio de explicações à Argentina, sobre a ingerência no Uruguai, e a declaração de interesse na “independência do Estado Oriental”, como necessidade do país, enviado este último igualmente ao Império, após o ultimato Saraiva [4 de agosto de 1864], seriam devidos, segundo Wilma Costa, sobretudo à política paraguaia de afirmação “nacional no cenário platino” (COSTA, 1996, p.124-126).

Wilma Peres Costa interroga-se sobre as razões do Império ter-se engolfado na guerra contra o Paraguai. Assinala o possível medo do surgimento de “temível projeto de um Estado mesopotâmico em nossas fronteiras”. Tese que o próprio barão de Rio Branco desmentiria, ao anotar o livro de Louis Schneider, ao sequer ter certeza da vontade de Solano López de conquistar Corrientes (SCHNEIDER, 2009, p. 121). A autora assinala a queda do gabinete conservador de Caxias-Paranhos, em 1862, e o advento, mais tarde, do governo

progressista de Zacarias de Góes, que terminaria atendendo aos apelos dos criadores sulinos, apoiado pelos liberais históricos e conservadores (COSTA, 1996, p.127).

O rodízio conservadores-liberais, com a tradicional *derrubada* dos responsáveis administrativos através do país, é visto por Wilma Costa como elemento central da ordem política oligárquica, desequilibrado pelo advento da Liga Progressista, aliança inter-partidária. Propõe o engolfar do Império do Brasil no Uruguai e, a seguir, no Paraguai, sobretudo como devido à incapacidade imperial de manter a hegemonia sobre os criadores sulinos, para fazer frente à pressão que o Império sofria no Prata, como assinalado. Com importantes estâncias no Uruguai, os criadores sulinos seriam intervencionistas e ameaçavam livrar o conflito por conta própria. Portanto, a guerra teria nascido do fato que o Império não “possuía instrumentos militares para levar a efeito uma política de tutela independente dos interesses regionais rio-grandenses”, como vimos (COSTA, 1996, p.138).

Para a autora, a queda do gabinete *progressista* de Zacarias de Góis e Vasconcelos e a subida do ministério liberal [histórico] de Francisco José Furtado, com o envio ao Prata e posterior demissão *política* de José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco, teria explicitado plenamente a contradição entre a racionalidade necessária pelo caráter da nova guerra e a sua impossibilidade de materialização pela sociedade patrimonialista e escravista imperial. Contradição que, para a autora, estaria na base de sua proposta da queda da Monarquia nascida da consciência do núcleo militar profissional da incapacidade do Império de estabelecer força armada nacional.

13 A Modernidade Paraguuaia

Ao abordar, no quarto capítulo, a guerra propriamente dita e a crise do Império, a autora empreende definição singular do Estado paraguaio, salvo

engano, jamais retomada, discutida e aprofundada por trabalhos posteriores. Após dissertar longamente sobre as razões do caráter pré-nacional e, portanto, das fragilidades das forças armadas do Império, assinala com singular clarividência a *essência nacional* e a *modernidade* do exército paraguaio, deduzindo desses atributos a vantagem que ele teve sobre as forças armadas sobretudo do Império. Tradicionalmente, no passado e no presente, define-se o exército paraguaio como atrasado, fanatizado, selvagem, rústico, etc.

Nessa *démarche*, define-se o caráter *imperialista* do Estado monárquico, nascido da defesa da escravidão, da monarquia e do unitarismo. Avaliação que acompanha, *no geral*, a proposta de Moniz Bandeira, em seu referencial estudo, de 1985, *O Expansionismo Brasileiro: O Papel do Brasil na Bacia do Prata*. Da colonização ao Império (BANDEIRA, 1985, p. 75). Nesse trabalho, Muniz Bandeira “define a ação do Império como ‘imperialista’, no sentido proposto por Lenin, não ao referir-se às nações capitalistas industrializadas e ao capital financeiro, mas ao qualificar a ação de poderosos Estados, mesmo anteriores ao advento do capitalismo, como Roma, que também se apoiava na escravatura”. Na busca da expansão e hegemonia lusitana, luso-brasileira e imperial, o impulso “mercantilista para o controle das grandes vias comerciais e dos mercados” teria sido a “principal força propulsora da conquista de territórios” pelo Império (MAESTRI, 2014, p. 244).

É de se lamentar, igualmente, a falta de interlocução entre as leituras de Wilma Costa e Moniz Bandeira, já que ambas empreenderam leituras *reviscionistas* de aspectos fundamentais da crise geral do Prata, em relação à historiografia nacional-patriótica. Como Moniz Bandeira, em forma clara, Wilma Peres responsabiliza também o Império pelo início da guerra, devido à intervenção militar no Uruguai, ainda que não sejam abordadas as razões profundas que levaram o Estado paraguaio a aceitar o desafio e a atacar o Império e a Argentina mitrista (COSTA, 1996, p.146).

Destaque-se que o nexó evidente entre a intervenção militar imperial contra o governo constitucional uruguaio, em apoio aos rebeldes de Venancio Flores, *pró-brasileiro* e *pró-portenho*, e a deflagração geral da guerra, muito claro na época do conflito, tem sido abandonado em não poucos estudos historiográficos atuais. Como na ensaística nacional-patriótica imperial e liberal-unitária, produzida durante e após a guerra, retoma-se atualmente as explicações esdrúxulas para o confronto do tipo ambição militar e territorial, megalomania desenfreada, protagonismo descabido, etc. de Francisco Solano López, apontado como verdadeiro besta-fera, responsável pessoal por aquele drama.

14 Exército Nacional

A autora não deixa dúvidas sobre sua caracterização do exército paraguaio como força nacional, de núcleo constituído na era francista, como assinalado. Após referir-se à queda de Rosas, propõe: “O divisor de águas, entretanto, só emergiu mais de uma década depois, quando o Paraguai colocou pela primeira vez no cenário platino um **exército nacional moderno**, tanto no sentido da conscrição universal de seus efetivos, como no da disciplina e coesão em torno de seus chefes [...]” [Destacamos] “[...] *o Paraguai representou para seus adversários um desafio que se tornava temível não por seu arcaísmo, mas por sua modernidade.*” [Destacamos] Caracterização inovadora, como assinalado, em relação à praticamente toda a historiografia brasileira pregressa e posterior sobre o conflito (COSTA, 1996, p.145; 151).

Uma característica do exército paraguaio que se contrapunha ao caráter pré-nacional das forças armadas imperiais. “No caso do Império, a natureza [nacional] do inimigo desnudava a fragilidade estrutural [pré-nacional] do Estado imperial que se assentava sobre a escravidão, expondo com ela a própria instituição monárquica.” [as interpolações são nossas]. Um avanço social

paraguaio, em relação aos Estados opositores, que a autora, com enorme integridade intelectual, não procura preencher com opiniões não fundamentadas: “[...] nos faltam elementos para compreender adequadamente, isto é, para além dos preconceitos patrióticos e etnocêntricos, a nação paraguaia e os fundamentos de seu projeto nacional” (COSTA, 1996, p. 151).

Raul de Andrada e Silva, no trabalho citado, e sobretudo Richard A. White, em *La primeira revolución popular en America: Paraguay, 1810-1840*, de 1978, assinalam o caráter *sui-generis* da independência paraguaia (WHITE, 1984). No contexto de uma muito ampla comunidade camponesa de raízes culturais guaranis, sobre a liderança do doutor José Gaspar de Francia, o movimento de independência paraguaio alcançou a cumprir as tarefas democráticas básicas correspondentes a uma revolução burguesa. Isso, no contexto de uma formação social que, ao igual das do resto da América do Sul, desconhecia qualquer classe social mesmo próxima à burguesia manufatureira e fabril.

Um processo de independência que ensejou, sobretudo durante a *ditadura* francista, a consolidação de sólida identidade nacional plebéia paraguaia, de raízes guaranis; a formação de pequeno exército profissional, apoiado em vasta milícia municipal de cunho universal; o desenvolvimento de sistema educacional rústico, mas único para o sul da América, que alfabetizou parte significativa da população masculina, etc. (MAESTRI, 2014). Realidade que permitiu que os talvez 450 mil paraguaios sustentassem por longos anos a resistência à invasão dos exércitos de nações com população superior talvez aos doze milhões de habitantes! Fenômeno, que a historiografia nacional-patriótica brasileira, do passado e do presente, explica a partir do fanatismo, atraso, medo, simplismo, etc. dos soldados “guaranis”, como visto!

Na conclusão desse capítulo lunar, dissecam-se o atraso e a incapacidade das milícias sul-rio-grandenses em defrontar-se com exército de pouco mais de seis mil paraguaios que invadiu a fronteira oeste do Rio Grande

do Sul, a partir de São Borja, em 10 de junho de 1865 (JARDIM, 2015). Essas tropas, talvez as mais combatidas e treinadas do Império do Brasil, mostravam-se incapazes de afrontar o novo “caráter da guerra”. Fragilidade que impôs à monarquia o constrangimento de não conseguir libertar, apoiada apenas em suas forças, a parcela invadida do território imperial, no início do conflito. (COSTA, 1996, p. 256).

15 Racionalidade e Irracionalidade

Wilma Costa analisa, em forma separada, o choque entre a racionalidade da guerra e a (ir)racionalidade da ordem política da monarquia escravista, na esfera militar (Cap. 5) e na esfera política (Cap. 6). Ou seja, a incapacidade do Estado imperial à fazer frente às necessidades de uma guerra moderna. Propõe que aquela contradição se acirrou, inicialmente, quando as forças aliancistas passam da fase defensiva tática para a ofensiva estratégica, em outubro de 1865, com o início da retirada paraguaia. Desde então, o Império e a Argentina disputaram a guerra com o Paraguai e a hegemonia sobre aquele país e o Prata, entre si (COSTA, 1996, p. 189).

A autora enfatiza as contradições postas pela necessidade do Império de contar com a aliança da Argentina e Uruguai, aceitando o comando unificado, sob a direção de Bartolomé Mitre, mesmo quando as tropas imperiais superavam fortemente as dos aliados, sobretudo devido aos problemas políticos argentinos, acirrados pela guerra. Lembra pertinentemente que, nos últimos anos, a guerra foi lutada essencialmente pelo Império.

Discute a dissintonia posta, no seio do exército imperial, por organização política monárquica que *partidarizava* o alto oficialato, para mantê-lo sob controle civil. Desde o início da guerra, os sucessivos gabinetes privilegiariam *seus* generais e almirantes, que se confrontavam com Bartolomé Mitre e entre si, pelos direitos aos louros dos combates e vitórias. O controle

do abastecimento das tropas era uma das grandes razões das disputas entre as forças políticas imperiais, participando ativamente da pugna os generais em chefe. O mesmo ocorrendo na Argentina e no Uruguai. A guerra seria uma verdadeira “califórnia”! (COSTA, 1996, p. 238).

Bartolomé Mitre, no comando geral de tropas dominadas pelo Império - em dezembro de 1868, 25 mil imperiais, para talvez seis mil argentinos e uruguaios -, hostilizado pelos generais brasileiros, sem autoridade sobre a armada, efetuava comando fraco e era acusado de prolongar, intencionalmente, a guerra. Já em fins de 1865, Tamandaré sugerira ao governo imperial entregar-lhe a responsabilidade da invasão do Paraguai (COSTA, 1996, p. 195).

16 Divisor de Águas

Para Wilma Costa, as discussões de Yataity-Corá, em 12 de setembro de 1866, sem a presença do Império, foi uma espécie de divisor de águas. Desde então, contra os interesses do sistema político, da ordem escravista, da nação exaurida, a guerra continuaria por mero capricho do imperador: “governo imperial está no firme propósito de não tratar com López, nem com pessoa de sua família, ou em quem exerça influência” (COSTA, 1996, p. 257). Mesmo tendo sido enorme a importância de dom Pedro na continuação da guerra, não nos parece que devamos responsabilizá-lo exclusivamente por ela.

Em 27 de setembro de 1866, a derrota geral em Curupaity teria acirrado ao paroxismo as contradições assinaladas, ameaçando a própria continuidade da guerra. Bartolomé Mitre, responsabilizado por plano de batalha que não fora seu, vai se ausentar, de 9 de janeiro a 1 de agosto de 1867, e, a seguir, em 13 de janeiro de 1868, quando retorna definitivamente para a Argentina. Também enfrentando problemas acirrados pela guerra, Venancio Flores volta para o Uruguai, onde é assassinado, em 19 de fevereiro de 1869. Chega, assim, ao fim a unidade de comando.

Curupaity exigia general que impusesse a unidade do comando imperial. O único com condições para tal era o marquês de Caxias, conservador, ao qual foram dadas as condições *mínimas* para desempenhar a missão - substituição do ministro da guerra, de Tamandaré, do presidente da província do RS, etc. Porém, o Imperador lhe nega qualquer autoridade para discutir a paz (COSTA, 1996, p. 214). Era enorme dissonância que um político nacional conservador fosse comandante geral em um gabinete progressista. Sua presença tinha conseqüências econômicas, no relativo ao abastecimento; políticas, no relativo ao prestígio; institucionais, na quebra da homogeneidade tradicional, etc.

17 Exército Heterogêneo

No início das hostilidades, o gabinete Furtado [agosto de 1864-maio de 1865] decretara a formação dos batalhões de Voluntários da Pátria, com incentivos materiais e funcionais: maior soldo; prêmio de engajamento; uns 10 ha. de terra ao dar baixa; baixa imediata ao fim da guerra; prioridade em empregos públicos, etc. Procurava-se atrair sobretudo população masculina isenta do serviço militar e que resistia a servir, ao lado do *escolho social* recrutado em forma forçada para o exército de primeira linha.

Batalhões da Guarda Nacional foram *destacados* para o Paraguai e Mato Grosso. Decretou-se, também, a possibilidade do *destacado*-recrutado de apresentar substituto idôneo - em geral, cativo, imigrante, etc. - ou realizar pagamento em dinheiro. Foi acelerado o recrutamento forçado tradicional. Portanto, as tropas imperiais foram formadas por voluntários da pátria, guardas nacionais destacados; recrutados de primeira linha; substitutos. Os fardamentos, soldos, promoções, privilégios, etc. eram diversificados, nessa topa heterogênea (COSTA, 1996, p. 231).

Houve afluxo de voluntários, nos meses iniciais, quando se esperava guerra curta e, possivelmente, o gozo das vantagens prometidas, sem grandes penas e riscos. Quando ela prolongou-se, o voluntariado minguou, sendo no geral os batalhões de Voluntários formados por arrolamento mais ou menos forçado. Os guardas nacionais destacados resistiam a partir e desertavam numerosos, comumente com o apoio das autoridades e proprietários locais, temerosos da perda de mão de obra e de tropas para controle dos cativos (COSTA, 1996, p. 233).

18 Recrutamento Forçado

Pressionado pelas necessidades da invasão do Paraguai, o gabinete Olinda [maio de 1865-julho de 1866], *progressista*, interrompeu o arrolamento de voluntários, enfatizando o recrutamento forçado. Mais tarde, com a enorme derrota de Curupaity, o gabinete Zacarias de Góes [julho de 1866-julho de 1868] consultou o Conselho de Estado, em 4 de novembro de 1866, sobre o recrutamento de cativos, recebendo luz verde apenas quanto aos cativos do Estado, das ordens religiosas e oferecidos à venda pelos proprietários. Devido à introdução de levas de cativos nas tropas, reabriu-se o arrolamento de voluntários da pátria (COSTA, 1996, p. 237).

Como comandante em chefe do exército e armada imperiais, Caxias empreendeu reconstituição e reorganização das tropas, com destaque para a fusão e uniformização dos batalhões de diversas origens, motivo de forte insatisfação. A enorme demora em retomar as ações, atrasadas também pela eclosão de epidemia de *cholera morbus*, em março-abril de 1867, ensejava fortíssimas críticas nos jornais da Corte e no Brasil, dos segmentos governistas e liberais históricos (COSTA, 1996, p. 213; 191). Em inícios de janeiro de 1868, Caxias pediu substituição, argumentando falta de apoio do governo, que também apresentou sua demissão. Consultado, o Conselho de Estado propôs

que ambos se acomodassem, e, forçado pelo imperador, reafirmou a prevalência do gabinete sobre o comandante em chefe. Resposta que certamente desagradou o soberano. Porém, muito logo, o Imperador demitiu o gabinete Zacarias de Góes e o substituiu por governo conservador, apesar da maioria liberal-progressista da câmara. Principal tese da autora em seu valioso trabalho, ou seja, que a demissão e a inversão partidária “marcaram o início da decadência do sistema político da monarquia porque, a partir de então, passou a ser sistematicamente contestado, por ambos os partidos, a legitimidade do mecanismo que promovia, em última instância, a alternância entre as clientelas” (COSTA, 1996, p. 254).

19 Milícias e Exército

O sétimo capítulo é dedicado às transformações do exército de primeira linha. O estudioso estadunidense John Schulz propunha, em forma bastante fantasiosa, que ocorrera metamorfoses essenciais no exército de primeira linha devido às “reformas da carreira e da instrução militar” de meados do século. Elas teriam ensejado “núcleo de oficiais” crescentemente conscientes das razões do atraso do país. “Instruídos por engenheiros, os estudantes apreciavam a importância da indústria, e dos novos métodos de transporte, como as ferrovias. [...] muitos jovens oficiais se tornaram favoráveis a tarifas protetoras, subsídios à indústria, estabelecimento de companhias limitadas e garantias de juros para o capital investido na construção de ferrovias” (COSTA, 1996, p. 269).

A versão clássica da *revolução* no exército de primeira linha, proposta por John Schulz e Werneck Sodré, explica o pretendido novo caráter progressista do exército a partir de transformações sociológicas iniciadas em meados do século 19, aceleradas fortemente quando da guerra do Paraguai e exacerbadas no pós-guerra. Para aquele historiador [conferir], a oficialidade do

exército de primeira linha seria proveniente sobretudo da “camada livre, mas não proprietária [...] na classe média que se esboça(va)” (COSTA, 1996, p. 271).

Devido às múltiplas formas de conscrição durante o grande conflito - voluntariado, recrutamento, substituição, libertos, etc. - a base do exército teria passado a abraçar múltiplos segmentos populares. “No decorrer da campanha, homens da classe média, e mesmo, em casos excepcionais, de camadas inferiores, galgam o oficialato. Rompem-se a linha de cor, e a rótula da pele deixa de se constituir em impedimento à ascensão na hierarquia militar.” “O Exército que surge da guerra do Paraguai é a força nova na vida do país - não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional.” “Que, com essa composição, e a relegação a posição secundária, logo depois da guerra do Paraguai, o Exército se inclinasse a participar das alterações que se esboçavam, não é de espantar” (SODRÉ, 1965, p. 141; 144).

A confluência dessas duas tendências - novas educação e base social - teria sido revolucionária. “Do contato desenvolvido durante a guerra entre a oficialidade recrutada majoritariamente na classe média e a tropa representativa das camadas subalternas da população, emergiria nos anos seguintes, um exército sensível às demandas populares e às bandeiras progressistas como a Abolição e a República.” - sintetiza Wilma Peres Castro. A esse exército crescentemente popular e tendencialmente *nacional*, se oporia a Guarda Nacional, de “caráter patrimonial” e oligárquico. Ou seja, o exército de primeira linha representaria o progresso e o futuro, a guarda nacional, o regresso e o passado (COSTA, 1996, p. 272; 278).

Em seu excelente trabalho, igualmente sensível às influências da escravidão na formação social imperial, Ricardo Salles proporia no mesmo sentido. “Por sua vez, o exército foi, em primeiro lugar, capaz de formar um

discurso políticos característico das classes médias - mas também de outros setores, como [...] populares e escravos” (SALLES, 1990, p. 110). Para ele, a guerra teria gerado um “*novo* exército que – formado com ‘conceito mais amplo de cidadania’, identificado com os ‘interesses gerais da nação’, devido à ‘ligação constitutiva com os setores médios’ – desempenharia ‘papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista’, como porta-voz das ‘camadas médias’ ‘de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas’, de ‘setores dissidentes das oligarquias’ ” (MAESTRI, 2013, p. 300).

20 Exército contra o Estado

A tese consagrada por Werneck Sodré, de claro sentido nacional-populista, era politicamente datada. Ela se estrutura no contexto da *disputa* política pela alma da oficialidade do exército e das *classes médias*, no longo período nacional-desenvolvimentista, com destaque para os anos 1950 e 1960. A proposta do caráter pequeno-burguês e progressista das forças armadas, já no Império politicamente ativas, em defesa da Abolição e da República, e a seguir, vanguarda da luta pela industrialização, etc. assentava no passado, em forma anacrônica, interpretações mal compreendidas e exacerbadas de fenômenos próprios à República Velha.

Até 31 de março de 1964, Werneck Sodré, Luís Carlos Prestes e o PCB viveram e alimentaram ilusões sobre as decorrências políticas das raízes sociais pequeno-burguesas e populares do exército nacional e progressistas da “burguesia nacional”. Concepções de corte nacional-populista e estranhas ao marxismo, pois ignoraram o caráter coercitivo de classe das forças armadas. Com o golpe de Estado, revelou-se plenamente a essência do exército profissional no Brasil (GORENDER, 2014, p. 63 e ss). No novo contexto, aquela interpretação sobre forças armadas *progressistas*, já no passado, viu-se

desmoralizada, *na prática*, pela explicitação plena do caráter das mesmas, no presente, ensinando o declínio da credibilidade analítica daquelas propostas.

Paradoxalmente, a desajambrada reportagem jornalística de J. J. Chiavenato reforçou poderosamente a percepção viva, em 1979, entre a população brasileira, do caráter anti-popular, anti-democrático e de classe da instituição militar, ao abordar, em forma dessacralizante, o grande sucesso fundador da *tradição* histórica das forças armadas do Brasil - a guerra contra o Paraguai. Por além das derrapagens historiográficas de todo o tipo, *A guerra do Paraguai: genocídio americano*, de J. J. Chiaventato, assentava poderosíssimo golpe na memória oficial construída pelo Estado e pelas forças armadas sobre aqueles sucessos (QUEIRÓZ, 2014). Nos anos seguintes, as ciências sociais conservadoras fizeram enorme esforço para restaurar *academicamente* a antiga apologia (MAESTRI, 2009).

Com a derrota da resistência à ditadura e a imposição da *redemocratização* controlada, através do processo da dita “abertura lenta, gradual e segura”, a partir de 1974, retomou-se novamente aquela versão, em trabalhos alguns deles de indiscutível qualidade historiográfica. Versões que, de certo modo, sem certamente ser o objetivo dos autores, restabeleciam uma ponte *historiográfica* entre a sociedade e as instituições militares, afastadas, em 1985, da gestão política direta do Estado, mas intocadas em seu sentido repressivo estrutural e no que se refere à memória inventada sobre as razões da intervenção golpista (SALLES, 1990).

21 Núcleo Profissional

O trabalho de Vitor Izecksohn, *O cerne da discórdia: a guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*, sem a densidade das duas obras apenas citadas, foi publicado, em 1979, ainda durante a ditadura militar, originalmente, pela Biblioteca do Exército, em indiscutível registro da

aproximação referida. A rusticidade dos responsáveis por aquela editora, expressa na manipulação, sem permissão do autor, de passagens tida como ofensiva ao Duque de Caxias, assegurou, a *posteriori*, uma edição civil e, indiscutivelmente, a divulgação e legitimação acadêmica daquele estudo. Vitor Izecksohn havia cedido os direitos autorais para a Bibliex! (MAESTRI, 2009; IZECKSOHN, 1997).

Nas últimas décadas, apesar do avanço significativo da historiografia sobre o Império, a Abolição e a proclamação da República, não temos registros das decorrências políticas e sociais *progressistas* da proposta de conformação de oficialidade do exército de primeira linha pela classe média, na segunda metade do século 19. Assim como não houve, ainda, ampla definição da dimensão e orientação política de *classe média* que, no Império, mantinha caráter eminentemente provincial e, no geral, dependente das classes escravistas. Ao contrário do proposto, os estudos sobre esse período assinalam que os altos e médios oficiais imperiais mantiveram-se fortemente fiel à monarquia e à defesa da escravidão.

Não procede igualmente a proposta de impacto na *nova oficialidade* da “revelação da escravidão como chaga secreta que carcomia as entranhas do Estado Imperial”, atingindo “os militares de múltiplas maneiras”. Nem a de que a “militância em favor da emancipação dos escravos foi precoce no exército, se não pioneira” (COSTA, 1996, p. 299). Mesmo positivistas de destaque como Benjamin Constant, ou republicanos de primeira hora, como Euclides da Cunha, mostraram-se insensíveis quanto à luta pela abolição da escravatura (MAESTRI, 2009; MAESTRI, 2011). Os trabalhos historiográficos clássicos sobre a Abolição não registram igualmente o proposto protagonismo militar naqueles sucessos.

A escravidão era um dado presente, em forma direta e indireta, em praticamente todas as esferas da sociedade imperial, da qual participavam com

destaque a oficialidade do exército, que jamais se constituiu como elemento de pressão pró-abolicionista, a não ser as muito raras exceções. Não poucos altos oficiais provinham de famílias proprietárias de grandes, médias e pequenas quantidades de cativos. Como instituição, o exército se negou a agir contra os cativos sobretudo paulistas que abandonavam as fazendas, em fins de 1887, até que eles mostraram a vontade de enfrentar, mesmo armados precariamente, as tropas de primeira linha (COSTA, 2008; CONRAD, 1975).

22 Deodoro e a República

Em 15 de novembro, o pronunciamento militar de Deodoro da Fonseca, conservador, contra o gabinete de Ouro Preto, liberal, e, apenas no desenvolvimento dos sucessos, contra a instituição monárquica, foi o fator direto, contingente, da queda do Império. Porém, a razão estrutural da superação daquela instituição foi certamente a defecção do núcleo central da classe dominante cafeeicultora que, com a Abolição, em 13 de maio de 1888, desinteressara-se na centralização do poder, construída para a defesa da ordem escravista, em 1822, como pertinentemente assinalado por Wilma Costa, como vimos.

Defecção radicalizada devido à tentativa do núcleo monárquico, na defesa do Terceiro Reinado, de apoiar-se no movimento abolicionista e no seu programa reformista, que propunha, entre outras medidas, a democratização relativa da propriedade da terra, sem acenar com qualquer distensão federalista. Defecção da cafeeicultura, com destaque do núcleo político conservador, que interpretava os anseios federalistas de todas as oligarquias provinciais do Império. Sobretudo por isso, a república no Brasil, que desarticulou o abolicionismo, primeiro movimento nacional reformista, não foi plebéia nem democrática, mas essencialmente elitista, oligárquica e federalista. A República foi, igualmente, uma verdadeira contra-revolução, no que se refere à

desarticulação do programa reformista *nacional* do abolicionismo (MAESTRI, 2012). Não houve qualquer proposta por parte dos militares republicanos e jacobinos, no poder quando da proclamação da República, em direção à distribuição de terras e à democratização das instituições. Em verdade, sequer promoverem a democratização das forças armadas, onde as tropas de primeira linha e da armada seguiam sendo surrados, como os antigos cativos!

Quando da crise de 1889, o poder militar encontrava-se ainda nas mãos das oligarquias agrárias provinciais. Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, realizara-se retorno das tropas de primeira linha aos reduzidos contingentes anteriores ao conflito, como assinalam Werneck Sodré e Wilma Costa. De 18.000 homens, em 1864, haviam passado a 14.300, em 1888 (COSTA, 1996, p. 290). Desmobilização que não se deveu ao desejo das classes agrárias provinciais de liquidar o impulso em direção de poderoso exército nacional centralizado. Apenas por que, superada aquela guerra, impunha-se a reconstrução de forças armadas adaptadas ao exercício do monopólio da violência em sociedade agrária, escravista, exportadora e regionalizada.

Nas quase duas décadas finais da monarquia e durante a República Velha, não estavam dadas as condições para a constituição de exército nacional, centralizado, profissional, burocrático, baseado na meritocracia, já que não dominava no país ordem nacional centralizada [burguesa] capaz de sustentar-promover aquele tipo de instituição. Um tal exército surgiria tendencialmente no Brasil apenas após a chamada Revolução de 1930, com o desenvolvimento da indústria e da hegemonia das classes burguesas do Centro-Sul. O que permitiu, apenas então, a centralização, absorção e desarmamento das poderosas forças armadas estaduais.

Em novembro de 1889, se o núcleo central das classes dominantes provinciais tivesse ensaiado defesa da monarquia, Deodoro da Fonseca e seu *putsch* teriam fracassado e se transformado em mera nota de rodapé na história

do Brasil. Se foi a mais alta oficialidade o elemento contingente da Proclamação da República, esta última se deu indubitavelmente no sentido e à sombra dos interesses das grandes classes agrárias das principais províncias do país e, sobretudo, com sua permissão.

Referências

- ANDRADA E SILVA, Raul. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Edusp, 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp/Edusc, 1999.
- BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: O Papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839 a 1875)*. História Uruguaya. Montevideo: Banda Oriental, 2007.
- CERQUEIRA, Gal. Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, s.d.
- CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López: vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955.
- CHAVES, Julio Cesar. *El supremo dictador*. 5 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1985.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1885-1888)*. Rio de Janeiro: Brasília, INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8. ed. rev. Ampliada. São Paulo: Edunesp, 2008.
- COSTA, Emília Viotti Da. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.
- ELOY, Rosa Alonso; TOURON Lucía Sala; TORRE, Nelson; RODRIGUEZ, Julio Carlos. *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Asunción: Pueblos Unidos, 1970.

- FREITAS, Décio. *Escravos e senhores-de-escravos*. Porto Alegre: UCS-EST, 1977.
- FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do Imperador*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Expressão Popular/Instituto Perseu Abramo, 2014.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del 65: la culpa mitrista*. Buenos Aires: Homenaje, 1943.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1789*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguiana (1865)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.
- MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). *Revista digital Estudos Históricos*, CDHRP, n. 2, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/>. Acessado: 01 mar. 2015.
- MAESTRI, Mário. A Revolução Abolicionista. *Revista Invisível*, Lisboa, n. 1, out. 2012. Disponível em: <http://revistainvisivel.com/wp-content/uploads/2012/10/artigo-mario-maestri-invisivel-um.pdf>. Acessado: 01 mar. 2015.
- MAESTRI, Mario. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia critica de um revisionismo*. Passo Fundo: ed. UPF, 2011.
- MAESTRI, Mário. Cartas Desde o Front da Guerra do Paraguai. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.2, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/34>. Acessado: 01 mar. 2015.
- MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário; SANTOS, J. R. Q.; ESSELIN, Paulo. (Orgs.). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: ed. UPF, 2010.
- MAESTRI, Mário. O Imperialismo do Brasil na Bacia do Prata. *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 241-246, jan./jun. 2014.
- MAESTRI, Mário. *Paraguai: a República Camponesa. [1811-1864]*. Porto Alegre: FCM, 2014.
- MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 1997.

NABUCO, Joaquín. *La guerra del Paraguay: la diplomacia y el militarismo del Brasil Imperial en la Cuenca del Plata*. Corrientes: Ameríndia, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

O'LEARY, Juan E. *El Mariscal Solano López*. 3 ed. Asunción: Casa America, 1970.

PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en el la primera mitad del siglo XIX*. Rivera: Tierra Adentro, 2013.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os simples comissários: negociantes e política no Brasil Império*. Niterói: Ed. UFF, 2014.

QUEIRÓZ, Silvânia. *Revisando a Revisão*. Genocídio americano: a Guerra do Paraguai. Porto Alegre: FCM, 2014.

QUELL, H. Sanchez. *La diplomacia paraguaya de la Revolución de Mayo a Cerro- corá*. 3 ed. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1957.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Maria Januária Santos. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradence; 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial ao Paraguai de 1854-1855*. Passo Fundo: ed. UPF, 2012.

TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TOURON, Lucía Sala de. *Artigas: Tierra y Revolución*. Montevideo: Asunción: Arca, 1963.

TOURON, Lucía Sala; ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay comercial, pastoril y candillesco*. Tomo II: Sociedad, política e ideología. 2 ed. Montevideo: Banda Oriental, 1982.

WHITE, Richard Alan. *La primera revolución Radical de America: La Política económica de la independencia Paraguay*. Asuncion, 1984. [1 ed. em inglês, 1978.]

ZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.